BOLETIM

ESPECIAL APUBH

JANEIRO/81

AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO

A Assembléia Geral dos Professores de 11-12-80 decidiu pelo término da greve geral, mas se manifestou explicitamente pela continuidade do movimento dos professores, sob novas formas e com novas reivindicações, tendo em vista a nova realidade trazida pelo Decreto-lei 1.820. Estas novas reivindicações (e algumas antigas, não atendidas), giram em torno de duas questões: uma salarial e de carreira que envolve: reajuste semestral, enquadramento dos colaboradores de 1980 e visitantes, e outra, política, englobando temas como a Autonomia Universitária, Democratização e Melhoria da Universidade, Verbas, Ensino e Pesquisa, etc.

A forma como estas questões serão levadas durante o ano, dependerá de uma análise extensa de como o nosso movimento vem se conduzindo, e em especial de como foi a nossa greve, ponto culminante de nosso movimento. Devemos analisar quais foram nossos acertos, para consequirmos superar os problemas de nossa categoria.

A visão e a opinião de cada um é importante nesta avaliação, e neste sentido a APUBH vem desencadear o processo de avaliação, que poderá ser feito em reuniões, assembléias, cafezinhos, mesas de bar e outros, mas que na medida do possível deverá ser escrito, para ser compartilhado pelo maior número possível de professores, e para fazer parte da "memória" do nosso movimento.

Para isto, a APUBH abrirá as páginas do seu boletim, para a publicação de qualquer avaliação escrita e assinada, no sentido de ampliar os debates. Nesse sentido, avaliações políticas, crônicas, relatos de experiências pessoais, serão importantes para enriquecer a discussão. Pedimos apenas, que as manifestaços não sejam muito extensas, para permitir a manifestação de numerosos professores da UFMG. Apenas como sugestão, tomamos a liberdade de apontar os seguintes pontos: avaliação do movimento anterior à greve (papel das paralisações, coordenação nacional, abaixo-assinados, entrevistas com parlamentares e ministros, questão dos colaboradores, grau de mobilização e participação); avaliação do início da greve; papel das ADs no movimento grevista; balanço da greve, ganhos e perdas; valeu a pena? O que a greve dos professores mudou na Universidade, nos próprios professores, na relação da Universidade com a Sociedade?

Simultaneamente, deverão ser promovidas pela APUBH, no âmbito das Unidades e departamentos, reuniões visando essa avaliação e a continuidade das lutas.

Belo Horizonte, janeiro de 1981.

SOBRE ENQUADRAMENTO

A Comissão de Professores eleita na Assembléia Geral de 12-12-80, para acompanhar o enquadramento na UFMG, norteou seus trabalhos por dois princípios gerais:

1.º) Denúncia dos pontos do decreto contrários aos interesses dos professores e da universidade (Anexo 1 do boletim da APUBH de 13-01-81).

2.º) Estudo do decreto e atuação junto à Reitoria visando obter um enquadramento o mais favorável possível.

Para conseguir esse enquadramento favorável, a Comissão realizou várias reuniões com representantes da reitoria, levando a interpretação do decreto por ela elaborada e que foi, finalmente, aceita no dia 30-12-80.

Os critérios do enquadramento foram os seguintes:

Com relação ao enquadramento dos professores colaboradores e auxiliares admitidos até 31-12-79, fazia-se necessário definir o processo seletivo. A Comissão entendia que deveria ser levado em conta neste processo o tempo de serviço e/ou titulação. Como os critérios sugeridos pelo MEC atendiam esses itens, em reunião com o Reitor e o Vice-Reitor, ficou acertado que eles seriam adotados na UFMG, no seguinte sentido: 1) os colaboradores e auxiliares admitidos até 10-03-79 seriam enquadrados na folha de pagamento de janeiro; 2) aqueles admitidos após esta data, preencheriam um formulário (que foi enviado pela reitoria aos departamentos) indicando titulação, tempo de serviço e se foi admitido por seleção pública. Neste caso, os professores que atingissem 60 pontos entrariam na folha de pagamento suplementar; 3) aqueles que não atingissem os critérios do item 2 deveriam submeter-se a um processo de seleção interno, a ser definido; enquanto isso receberiam um reajuste de 35%.

Recomenda-se que os professores verifiquem no contra-cheque se há algum erro e encaminhem suas reclamações ao D.P. e à sede da APUBH.

Será constituída uma Comissão de revisão dos enquadramentos para resolver erros e omissões, na qual a APUBH estará representada.

ATENÇÃO:

DIA 06-02-81 - DISCUSSÃO SOBRE ENTIDADE NACIONAL

15 HS., NO SUBSOLO DA FAFICH

COMPAREÇAM !

INFORME APUBH

1. FINANÇAS

FUNDO DE GREVE

Total coletado:

Bônus, contribuições, atividades durante a greve:	Cr$ 528.467,00
Total das despesas:	Cr$ 321.784,88
Saldo em 30-12-80	Cr$ 206.682,12

Demostração das despesas:

Despesas de viagem	Cr$ 128.215,00
Despesas com aparelhagem de som	Cr$ 35.000,00
Despesas com realizações de atividades	Cr$ 40.180,00
Despesas de papelaria	Cr$ 29.945,10
Serviços de terceiros	Cr$ 10.915,00
Despesas de manutenção	Cr$ 16.295,78
Jornais	Cr$ 3.340,00
Telefonemas	Cr$ 5.700,00
Despesas Diversas	Cr$ 7.194,00
Subtotal	Cr$ 276.784,88
Enviado Fundo Nacional de Greve	Cr$ 45.000,00
Total	Cr$ 321.784,88

OBs.: O saldo do fundo de greve foi transferido para o caixa da APUBH, conforme deliberação da Assembéla Geral de 11-12-80.

2. LEGALIZAÇÃO DA APUBH

Temos a satisfação de informar aos colegas que nossa Entidade já está com seus estatutos definitivos registrados em cartório e com CGC. Este fato é importante pois assim ela fica com sua situação jurídica perfeitamente definida e apta a exercer suas finalidades sem qualquer impedimento de ordem jurídica.

3. COBRANÇA DE ANUIDADES PARA 1981

Na Assembléia de 11-12-80, deliberou-se que a cobrança das anuidades da APUBH para 1981 seria efetuada através de desconto mensal em folha, no valor de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros), sendo necessário que os associados assinem a autorização para esse desconto. Até o momento, foram enviadas à Secretaria da APUBH 400 autorizações, faltando ainda cerca de 700 a serem encaminhadas.

Para agilizar esse processo, estamos distribuindo aos Departamentos formulários da autorização para o desconto. Solicitamos aos professores que ainda não os assinaram, que o façam com a máxima urgência.

Até o início de fevereiro precisamos iniciar a cobrança e contamos com a colaboração de todos.

Infrmamos ainda àqueles que não conseguirem encaminhar as autorizações até a data prevista, que as anuidades serão descontadas a partir de março, de forma acumulativa.

Chamamos a atenção dos colegas para a importância do pagamento das anuidades, uma vez que a situação financeira condiciona em grande medida a atuação de uma Entidade. Esperamos que o ano de 1981 seja um ano de muitas atividades e lutas dos professores. Não só da UFMG, mas em todo o Brasil.

PROFESSOR COLABORADOR 80

Os professores colaboradores contratados após 31-12-79, sentindo-se agudamente injustiçados em relação ao Decreto-lei n.º 1.820/80, reuniram-se no dia 27-12-80 em Goiânia. Estiveram presentes representantes de diversas ADs que tiveram a ocasião de estudar a sua situação a nível nacional e encaminhar algumas formas de luta contra uma discriminação baseada em uma data sem significação nenhuma para a vida universitária.

Foi sugerida a formação de comissões regionais que junto às suas ADs tratariam especificamente deste problema.

Em BH, após algumas reuniões gerais de "colaboradores 80" foi formada uma comissão que junto à APUB participou da reunião da Coordenação Nacional das ADs, realizada no dia 17-01-81.

Na oportunidade, dentre outras, foram aprovadas as seguintes sugestões:

1 — Publicação de um manifesto nacional, assinado pela Coordenação Nacional das ADs.

2 — Publicação e distribuição de abaixo-assinado a ser assinado por todos os professores e entregues ao MEC no mês de março.

3 — Convocação de todas as ADs para reivindicar de suas reitorias posicionamento público quanto ao problema dos professores discriminados.

4 — A realização de uma reunião de advogados das ADs para discutir formas legais de abordar os impasses trazidos pelo decreto. Esta reunião, onde deverá estar presente um representante de MG, realizar-se-á no Rio de Janeiro, no dia 30-01-81.

5 — Acompanhamento junto ao MEC e ao DASP da confecção da "Tabela Especial em Extinção".

6 — A realização de uma reunião a nível nacional de todos os setores discriminados (colaboradores e auxiliares de ensino 80, professores visitantes e extra-quadro). Esta reunião se fará nos dias 31-01-81 e 01-02-81 no Rio de Janeiro.

Foram levantadas ainda mais duas propostas a serem debatidas na reunião: 1) Boicote por todos os professores da realização dos concursos discriminatórios, isto é, do boicote por parte dos professores que formarão as bancas e dos colaboradores e auxiliares de ensino 80. 2) Greve nacional. Tais propostas deverão ainda ser colocadas em debate perante a comunidade de professores

A reunião da Coordenação Nacional das ADs (17-01-81) considera que a luta a ser desenvolvida não é parcial. Por isto ela entende que toda a categoria de professores universitários deve estar unida e assumir junto aos professores injustiçados a luta nacional contra todas as medidas consideradas arbitrárias e discriminatórias.

INFORME SOBRE A REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL

A Coordenação Nacional das Associações Docentes reuniu-se nos dias 16 e 17 últimos em Belo Horizonte, na Faculdade de Ciências Econômicas. Estavam presentes 18 ADs que discutiram a seguinte pauta:

— Informes Gerais

— Proposta de pauta do III ENAD

— Organização do Congresso Nacional de Campinas

— Assuntos Gerais

— Implantação do Plano de Carreira das Autarquias

— Moções

Foi elaborado um documento de denúncia e protesto contra as demissões que foram trazidas ao conhecimento da Coordenação Nacional, explicitando o caráter de controle da atividade acadêmica, repressão ideológica, repressão à organização dos docentes e lesão a direitos adquiridos

Os casos mais graves de demissões foram os de professores da PUC — Rio de Janeiro sob a alegação de crise financeira, quando o próprio reitor admitiu que houve uma escolha ideológica nas demissões, e na Universidade Federal de Pernambuco, onde 144 professores colaboradores foram demitidos.

Quanto à repressão às ADs, na Universidade Federal do Maranhão, a Reitoria, além de devolver as mensalidades dos associados recolhidas em folha aos mesmos, fechou a sede situada no campus e mandou retirar o telefone de propriedade da AD.

Frente a estes fatos e muitos outros casos de demissões arbitrárias a Coordenação Nacional sugeriu ainda a visita aos locais de representantes da Coordenação, para efetivar uma solidariedade mais concreta, e a denúncia destes fatos no Encontro do CRUB.

A proposta de pauta aprovada para o II ENAD de 15 a 17 de fevereiro foi :

— Discussão e aprovação da pauta

— Informes

— Reunião por setores (particulares, federais autárquicas, estaduais autárquicas, fundações federais)

— Avaliação do movimento

— Discussão do temário Democratização e Autonomia das Universidades; Questões Salariais, Trabalhistas e de Carreira; Ensino Público e Gratuito, Verbas para a Educação; Ensino e Pesquisas nas IES.

— Documento final do Encontro.

A pauta do III ENAD expressa a preocupação de desenvolver um trabalho conjunto das ADs, respeitando porém as particularidades de regimes jurídicos das universidades.

Além disso, busca combinar as lutas mais específicas (salário, carreira) com lutas políticas gerais (Ensino Público e Gratuito, verbas, ensino e pesquisa).

Quanto ao Congresso, ficaram aprovados os últimos pontos em relação à organização. A Secretaria do Congresso apresentou um balanço da situação atual (local, alojamento, custos, propostas de funcionamento etc.).

A pauta, que passará por um processo de preparação nas Regionais, deverá ser aprovada no II ENAD. Para a inscrição dos delegados é necessário o envio das listas dos sócios de cada AD e a ata de eleição até o dia 31 de janeiro (no caso da APUBH, já regularizada).

As autarquias informaram a situação do enquadramento sendo que as situações mais favoráveis foram obtidas em Santa Maria (RS) e em seguida na UFMG. Foram homogeneizadas as reivindicações tendo como base o que de melhor se havia obtido.

Sobre a situação dos colaboradores 80, visitantes e extra quadros vide artigo: Professor Colaborador 80.

ASSOCIE-SE À APUBH

Procure os representantes da APUBH em sua unidade, ou à Sede da APUBH à Rua Carangola, 288/310-A, (FAFICH) de 9 às 12 hs. e de 15 às 18 hs.

PROFESSOR,
FORTALEÇA SUA ENTIDADE, ASSOCIANDO-SE E PARTICIPANDO DAS ATIVIDADES DA APUBH.

O CONGRESSO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E A ENTIDADE NACIONAL DE DOCENTES

Dando continuidade às decisões do Encontro Nacional Extraordinário das Associações Docentes, realizado em julho de 1980 no Rio de Janeiro, professores universitários de todo o Brasil deverão realizar nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 1981, o Congresso Nacional de Docentes, na cidade de Campinas. Este Congresso tem por finalidade a discussão sobre a criação de uma Entidade Nacional de Docentes, que substituiria a atual Coordenação Nacional, que congrega as diferentes Associações de Docentes do País. O último encontro da Coordenação Nacional, ocorrido em 16 e 17 de janeiro em Belo Horizone, permitiu constatar alguns pontos relativos ao encaminhamento da discussão da criação da Entidade Nacional em diversas ADs do Brasil.

1. Existe um relativo consenso em relação à necessidade de criação de uma Entidade Nacional, que encaminhe de uma forma mais organizada o movimento dos professores universitários.

O segundo semestre de 1980 caracterizou-se por duas lutas concretas que apontam em direção a esta necessidade. Em setembro, mais de 30 universidades brasileiras, entre elas federais autárquicas, fundações, estaduais e particulares, paralisaram suas atividades, colocando em questão as condições de ensino e pesquisa da Universidade brasileira como um todo. Em novembro foi deflagrada a greve das universidades federais autárquicas, que tinham como reivindicações específicas a reposição salarial e o projeto de carreira, e como reivindicações gerais, 12% para a Educação e a revogação da Lei n.º 6.733. Esta greve, cujas repercussões não foram ainda avaliadas como um todo, foi a primeira greve nacional da categoria na história do Brasil. Se a discussão sobre a eventualidade da criação de uma Entidade Nacional colocava-se em julho de 1980 em termos ainda abstratos, com o crescimento das necessidades e efetivação de lutas a nível nacional, ela ganhou uma dimensão concreta. As paralisações e principalmente a greve nacional, são dois exemplos de momentos onde a idéia ganhou corpo. Além disso é necessário notar-se que uma Entidade Nacional é importante não somente no auge dos movimentos, mas também no cotidiano das lutas universitárias, mantendo permanentemente sua combatividade.

2. Muito embora seja mais consensual a idéia da necessidade da criação de uma Entidade Nacional, a forma pela qual se revestiria esta Entidade é no entanto, objeto de amplas discussões. Uma fórmula que tem constantemente surgido é a seguinte:

Diretoria — onselho de Associações Docentes — Secretarias (segundo as especificidades das Universidades). Para nós, parece importante que sejam criadas Secretarias ou Câmaras especiais. Porém, mais importante ainda, é que haja princípios e mecanismos que resguardem uma autonomia das Secretarias em relação à Diretoria, das ADs locais

em relação a AD nacional, que possibilitem a necessária agilidade no encaminhamento das questões, e que incentive cada vez mais a participação ampla do conjunto dos professores. E para que a necessária lealdade para com as bases locais seja preservada, é preciso acionar sempre que possível, os mecanismos mais amplos de decisão como as Assembléas Gerais etc. Como princípio, que o processo democrático seja mais participativo que representativo.

A greve nacional das federais colocou para todos nós a relevância de um espaço específico para as Federais (Secretaria, por exemplo). Por outro lado, não se deve perder de vista que o movimento grevista instituiu uma organização nacional de fato, que não pode absolutamente ser desconhecida. O problema central, é o **como** inserir as especificidades das diferentes universidades sem que se estabeleça na prática uma fragmentação dos interesses. Isto equivaleria na prática a uma reprodução no âmbito das ADs, das contradições existentes no interior da sociedade brasileira (ao nível das IES, separação entre Fundações e Autarquias Especiais, entre Federais e Estaduais, entre Particulares e Públicas). Na medida que uma Entidade Nacional deveria ter por finalidade também questionar esta realidade, é importante salvaguardarmos no seu interior, espaços para lutas conjuntas da categoria. Por exemplo, depois da vitória das federais autárquicas relativas ao projeto de carreira, as universidades particulares se perguntam sobre a possibilidade de um plano de carreira nacional para os estabelecimentos de ensino privado.

3. Outro ponto polêmico diz respeito ao tipo de associação a ser criada. A APROPUC de São Paulo por exemplo, acredita que dever-se-ia criar uma Entidade onde os associados se filiariam independentemente das Associações Docentes já existentes. Pensamos de forma diferente na APUBH. Parece-nos mais correto conceber a filiação dos professores através das ADs. Com isto, reforça-se o movimento local das ADs, representação de base dos professores, e elimina-se a questão da filiação individual, que é problemática. Um dos papéis da Entidade Nacional seria o de apoiar os professores das universidades e faculdades que ainda não possuem ADs, desenvolvendo junto com os professores dessas IES, atividades que facilitariam a criação de novos núcleos de docentes que se integrariam ao movimento

4. Outro item coloca em debate uma eventual diretoria provisória a ser eleita pelo Congresso de Campinas. Muito embora não haja ainda consenso em torno à forma que adquiriria esta diretoria (colegiada ou não), basicamente pensa-se que tal diretoria, em conjunto com o Conselho, teria por objetivo implementar as lutas dos professores ao longo de 1981, podendo ser elaborada uma carta de Princípios mínima e formas de funcionamento provisórios. Somente um outro Congresso, convocado dentro de um prazo determinado a partir de fevereiro de 1981, teria a legitimidade de estabelecer definitivamente os estatutos de uma Entidade Nacional. Esse estatuto na verdade, depende por um lado, da eficácia com que sejam levadas as lutas dos professores durante o período de 81, e de outro, de uma ampla discussão dos professores sobre suas diretrizes e sua organização. Esta diretoria teria a função de organizar as discussões com a finalidade de se formar uma Entidade Nacional definitiva, assim como convocar eleições para a formação de uma diretoria, segundo os estatutos que forem aprovados.